

# Guaimbê I Parque Solar S.A.

CNPJ 21.983.240/0001-23

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. **Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativos aos exercícios findos em 31/12/18 e 2017. Permanecemos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais necessários. São Paulo, 14 de junho de 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS				BALANÇOS PATRIMONIAIS			
31 de dezembro de 2018 e 2017				31 de dezembro de 2018 e 2017			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				(Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.440	750	Fornecedores	8	6.419	21.867
Investimentos de curto prazo	4	2.250	–	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	–	40.430
Contas a receber de clientes	5	1.645	–	Partes relacionadas	10	–	47.529
Estoques	6	534	–	Tributos a pagar	–	–	–
Tributos compensáveis	133	–	–	Conta de ressarcimento	11	923	–
Partes relacionadas	10	–	1.676	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	97
Outros créditos	–	60	4	Outras obrigações	–	409	4
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>9.062</b>	<b>2.430</b>	<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>7.757</b>	<b>109.927</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos e contribuições sociais diferidos	–	–	42	Conta de ressarcimento	11	125	–
Imobilizado, líquido	7	148.151	109.422	<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>125</b>	<b>–</b>
Intangível, líquido	–	245	1.662	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>13</b>	<b>–</b>
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>148.396</b>	<b>111.126</b>	Capital social subscrito e integralizado	–	152.119	3.752
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>157.458</b>	<b>113.556</b>	Prejuízos acumulados	–	(2.543)	(123)
				<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>149.576</b>	<b>3.629</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>157.458</b>	<b>113.556</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	Notas	2018	2017
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>14</b>	<b>9.488</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>			
<b>Custos com energia elétrica</b>			
Energia comprada para revenda			(60)
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão			(160)
Taxa de fiscalização			(1)
Outros encargos			(13)
<b>Custos de operação</b>			
Seguros			(43)
Serviços de terceiros			(746)
Material			(18)
Depreciação e amortização	7		(5.281)
Alugáveis e arrendamentos			(175)
Outras despesas operacionais			(219)
<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>			<b>(6.716)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO</b>			<b>2.772</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras			101
Despesas financeiras			(5.251)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>15</b>	<b>(5.150)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>			<b>(2.378)</b>
Contribuição social diferida			(28)
Imposto de renda diferido			(14)
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>			<b>(42)</b>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>			<b>(2.420)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	2018	2017	
Prejuízo líquido do exercício	(2.420)	(123)	
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>(2.420)</b>	<b>(123)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	2018	2017	
<b>Atividades operacionais:</b>			
Prejuízo líquido do exercício	(2.420)	(123)	
<b>Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>			
Depreciação e amortização	5.281	–	
Juros sobre financiamentos e debêntures	4.012	–	
Juros sobre aplicações financeiras e caucões	(105)	–	
Impostos diferidos	42	(42)	
Aumento/Redução dos ativos e passivos	(14.549)	(1.680)	
<b>Atividades de investimentos:</b>			
Aquisição de imobilizado e intangível	(7.739)	(1.845)	
Atividades de financiamentos:			
Ingressos de imposto de renda e contribuição social	(132)	–	
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	(2)	–	
<b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>	<b>(7.873)</b>	<b>(1.845)</b>	
<b>Atividades de investimentos:</b>			
Aquisição de imobilizado e intangível	(42.593)	(9.012)	
Aplicações em investimentos de curto prazo	(2.145)	–	
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(44.738)</b>	<b>(9.012)</b>	
<b>Atividades de financiamentos:</b>			
Aumento de capital	2.301	1.097	
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	64.000	10.002	
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(10.000)	–	
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>56.301</b>	<b>11.099</b>	
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.690</b>	<b>242</b>	
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	750	508	
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.440</b>	<b>750</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS				
31 de dezembro de 2018 e 2017				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
<b>1. INFORMAÇÕES GERAIS</b>				
A Guaimbê I Parque Solar S.A. ("Companhia"), com sede na Cidade de Guaimbê, estado de São Paulo, na Estrada Vicinal Guaimbê/ Lins (GMB-010), Governador Mario Covas, Km 28 - s/nº Fazenda Primavera - CEP 16.480-000, é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 02 de janeiro de 2015 e tem por objeto social a geração e comercialização de energia, de matriz solar fotovoltaicas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no ambiente de comercialização regulada, para suprimento de energia elétrica. A Companhia detém autorização outorgada pela ANEEL, obtida após 8º Leilão de Energia de Reserva realizado em de 2014, com energia contratada por 20 anos, capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 5,9 MWm. A construção da planta foi encerrada em fevereiro de 2018. Em 04 de setembro de 2018, a Companhia, que, anteriormente, era controlada diretamente pela Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A., subsidiária brasileira do grupo espanhol ACS Group, passou a ser controlada indiretamente pela AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê") e pela AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América). A Companhia é controlada diretamente pela Guaimbê Solar Holding S.A..				
A comercialização de energia no mercado regulado (ACR) está contratada conforme abaixo:				

Descrição	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Energia anual contratada (MWh)				Prazo						
				Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>														
Aumento de capital		1.985	–		1.985									
Prejuízo líquido do exercício		1.767	–		1.767									
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>														
Aumento de capital		3.752	(123)	13	3.629									
Prejuízo líquido do exercício		148.367	–		148.367									
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>														
		152.119	(2.420)	13	149.576									
		(2.543)	–		149.576									

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste	
LER 2014	CCEE	51.684	273,75	out/17	set/37	IPCA	outubro	

Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração foram de aluguel de terrenos totalizando 1 contrato. Para esse arrendamento, a Companhia passará a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhecerá um custo de depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesas de juros sobre obrigações de arrendamento. Até 31 de dezembro de 2018, os pagamentos eram reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia empregou os seguintes critérios: (i) contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses; (ii) contratos de arrendamento de valor relevante.

Para determinação do valor justo de arrendamento, aplicou-se a uma taxa de desconto de 14,85% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento, da autorização ou da concessão, o que for menor.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia espera reconhecer na mensuração inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, consolidados, em 1º de janeiro de 2019, um montante de R\$1.216.

Da autorização No dia 31 de outubro de 2014, a Companhia foi declarada vencedora do 6º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL (nº 08/2014-ANEEL). Em junho de 2015 foi celebrado contrato de energia de reserva - CEE firmado junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE concedendo período de suprimento de energia elétrica de reserva de 20 anos, com início em 01 de outubro de 2017 e término em 30 de setembro de 2037. A capacidade instalada determinada no contrato é de 30Mw e garantia física de 5,9Mw ao preço médio de R\$215,95/MWh (R\$273,75 em 31 de dezembro de 2018) atualizados de acordo com o IPCA do período.

O prazo da autorização de produção da Companhia, efetivado através das outorgas do Diário Oficial da União, publicada em 15 de junho de 2015, pela portaria nº 257, é de 35 anos, com término em 15 de junho de 2050.

A Companhia firmou um compromisso irrevogável e irretirável de uso de direito de superfície, assinado em 25 de abril de 2014, com prazo de 35 anos para instalação de sua usina fotovoltaica, onde prevê um pagamento anual a título de uso exclusivo em relação à geração de energia fotovoltaica no terreno de propriedade.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

**2. Base de preparação e apresentação** Continuidade operacional Em 31 de dezembro de 2018, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

**2.3 Moeda funcional e de apresentação** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

**3. POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS**

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

**3.1 Imobilizado** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente. O valor residual e vida útil dos ativos e o método de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgá-las adequadas e que refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade dos valores, pois a depreciação será limitada ao prazo de autorização, ou ao longo da vida útil estimada dos ativos, dos dois o menor.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como o custo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando alguma manutenção relevante é feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A Companhia possui provisão para desmantelamento de ativos às quais referem-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retratada de serviço dos seus ativos de longo prazo da Companhia. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

**3.2 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos** (a) **Imposto de renda e contribuição social correntes** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos** Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes revisáveis, expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia.

**3.3 Reconhecimento da receita** A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações do Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver incerteza significativa sobre a sua realização. A Companhia procedeu à avaliação do IFRS 15-CPC 47 e concluiu que não há mudança de política contábil pela adoção da norma.

(a) **Receita de suprimento de energia elétrica** A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo. Os contratos de arrendamento têm limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades. As especificidades do reconhecimento da receita e mais detalhes sobre os critérios de ressarcimento estão descritos na nota explicativa nº 14.

**3.4 Contratos de arrendamento** A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil classificados como operacionais. Os pagamentos são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

**3.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

**3.6 Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2019** Dentre os novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2019, a Companhia somente espera impacto significativo na adoção do CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, demonstrado abaixo:

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil. Substitui o CPC 06 (R1)/IAS 17: A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem praticamente todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a CPC 06 (R1)/IAS 17, ou seja, reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre arrendamentos operacionais e financeiros.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia optou por utilizar o método retrospectivo modificado, sem representar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Para implementação deste pronunciamento, ao longo do ano de 2018, a Companhia criou projeto interno e demandou esforços para implementação do sistema de TI e novos controles internos.

**DIRETORIA**

Ítalo Tadeu de Carvalho Filho Diretor Clarissa Della Nina Sadock Accorsi Diretora Anderson de Oliveira Diretor

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,

conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de junho de 2019

**ERNST & YOUNG** Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

**Marcos Antonio Quintanilha** Contador - CRC - 1SP132776/O-6

<